

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Pauta da 1ª Reunião Extraordinária de 2015**

Data da Reunião: 01/04/2015 - Horário: 10:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Convite**

Em atendimento ao Requerimento nº 10/2015, de autoria do Ver. Milton Leite, foi convidado o Exmo. Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, a prestar esclarecimentos sobre a situação das projeções de receita da Cidade para 2015.

**Requerimentos**

1) REQ. FIN 17/2015	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
Data do Requerimento: 30/03/2015	

**REQUEIRO** a douta Comissão de Finanças, na pessoa de seu Presidente Nobre Vereador Police Neto, que nos termos regimentais, seja oficiado o Executivo no seguinte sentido:

Considerando matéria jornalística do ESTADÃO de 30/03/15, que informa que a Prefeitura de São Paulo gastou pelo menos R\$ 13 milhões com aluguéis de imóveis cujos proprietários tinham dívidas com o poder público, o que é ilegal, sendo estas falhas descobertas em uma auditoria da Controladoria-Geral do Município (CGM) feita entre maio e setembro de 2013, mas se referem a contratos assinados desde 2002;

Considerando, que segundo a CGM, os pagamentos são resultado do descontrole das secretarias municipais, que prometeram se adequar e reorganizar seus contratos, sendo que a auditoria em questão também apontou que a administração municipal locou imóveis sem manter nenhuma atividade dentro deles e pagou aluguel de locais cujas chaves já haviam sido devolvidas aos proprietários;

Considerando, que a prefeitura tem 472 imóveis alugados, segundo levantamento dos auditores, que representam um gasto anual de cerca de R\$ 120 milhões. Desse total, 93% (438) dos prédios, das salas ou casas são locadas pela administração direta como secretarias municipais ou subprefeituras, bem como há 34 imóveis usados pelas autarquias e fundações municipais;

Considerando ainda, que essas irregularidades, destacadas pelos técnicos na referida auditoria, se concentraram na São Paulo Transportes (SPTrans), empresa que gerencia a frota de ônibus da cidade, onde segundo o relatório, os donos desses locais estavam inscritos na dívida ativa da cidade, eram devedores municipais, especialmente de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Assim, diante do exposto, requer seja encaminhado pelo Executivo, relação digitalizada dos 472 imóveis locados pela administração contendo endereço, valor de aluguel correspondente, data de assinatura do contrato de locação, indicação do órgão municipal responsável e descrição atual do uso.

Requer ainda, o convite do servidor responsável pela locação de imóveis pela Sptrans, para comparecer a esta comissão a fim de prestar esclarecimentos.

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	X		
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
Ver. JAIR TATTO (PT)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	X		
Ver. OTA (PROS)	X		
Ver. PAULO FIORILO (PT)	X		
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		